

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – MOREIRA, Maria Inez Costa; BEDRAN, Paula Maria; CARELLOS, Soraia Dojas M. S.; PASSOS, Ana Paula Carvalho Pereira. As famílias e as crianças acolhidas: histórias mal contadas. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 59-73, abr. 2013.

2) Resumo e Palavras-Chave – Este artigo é fruto da pesquisa “O impacto das medidas protetivas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente nos sistemas familiares: 2009- 2011” (Fapemig), que objetivou compreender a trajetória de crianças e adolescentes e suas famílias na rede de proteção. Entre as conclusões da pesquisa, observamos precariedade dos registros sobre a história pessoal e familiar das crianças e dos adolescentes. Os dados são por vezes lacunares e genéricos, o que contribui para a desconsideração da singularidade de cada família, bem como para a invisibilidade das crianças e dos adolescentes. Do ponto de vista dos sujeitos, essas histórias mal contadas dificultam a elaboração e superação das vivências e das condições que geraram o acolhimento institucional. Já do ponto de vista da política pública, acarreta por vezes ações desconectadas, superpostas e até mesmo irrefletidas pelos equipamentos que compõem a rede de proteção.

Palavras-Chave: medida de acolhimento institucional; criança; adolescente; família; rede de proteção.

3) Objetivo do estudo – Este artigo é fruto da pesquisa “O impacto das medidas protetivas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente nos sistemas familiares: 2009- 2011” (Fapemig), que objetivou compreender a trajetória de crianças e adolescentes e suas famílias na rede de proteção. Pesquisar os impactos das medidas protetivas anteriores ao acolhimento institucional sobre os sistemas familiares. Buscamos reconstituir a trajetória de vinte famílias incluídas na rede de proteção social, cujas crianças e adolescentes receberam a medida de acolhimento institucional.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – 2009-2011.

6) Forma de coleta de dados – Utilizamos como fonte de dados os registros dos casos arquivados nas casas de acolhimento institucional e, com base neles, dirigimo-nos ao Conselho Tutelar, identificado como o ponto inicial para a inclusão da família na rede protetiva.

Na pesquisa dos prontuários nos conselhos tutelares de Belo Horizonte, examinamos os registros referentes às 20 famílias que tiveram suas crianças e adolescentes em medida de acolhimento institucional nas casas de uma associação situada em Belo Horizonte. O conjunto dessas 20 famílias totalizou 53 crianças e adolescentes acolhidos.

7) Forma de análise dos dados produzidos/referencial teórico – Nossa proposta é problematizar o contexto apresentado com o auxílio da concepção de sujeito de Vygotsky (2007), da noção de rede de Sluski (1997) e da epistemologia da complexidade de Morin (2008).

8) Resultados / dados produzidos – Histórias mal contadas resultam em decisões precipitadas de desligamento ou retorno inadequado à família de origem; em encaminhamento para a adoção sem a escuta suficiente da criança, da família de origem e da família adotiva; e em longos períodos de acolhimento institucional, que pesam na construção da subjetividade dessas crianças. As histórias mal contadas são, na verdade, histórias mal escutadas e que revelam a pouca aposta na construção de espaços de conversação e na criação de novos significados para as crianças, os adolescentes e as famílias a partir da vivência do acolhimento institucional. Entre as conclusões da pesquisa, observamos precariedade dos registros sobre a história pessoal e familiar das crianças e dos adolescentes. Os dados são por vezes lacunares e genéricos, o que contribui para a desconsideração da singularidade de cada família, bem como para a invisibilidade das crianças e dos adolescentes. Do ponto de vista dos sujeitos, essas histórias mal contadas dificultam a elaboração e superação das vivências e das condições que geraram o acolhimento institucional. Já do ponto de vista da política pública, acarreta por vezes ações desconectadas, superpostas e até mesmo irrefletidas pelos equipamentos que compõem a rede de proteção.

9) Recomendações – Na avaliação dos impactos das medidas protetivas anteriores à medida de acolhimento institucional, as lacunas encontradas nos registros foram evidentes e indicam a necessidade urgente da promoção de maior articulação dos diversos pontos da rede em prol do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e da promoção de meios materiais e simbólicos para que as famílias possam exercer o papel socialmente prescrito e compartilhado de proteção e defesa de suas crianças e adolescentes.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.